

## editorial

O 8 de março - Dia Internacional de Luta das Mulheres - abriu o calendário de mobilizações no país, antecipado para o dia 7 pelas ações das mulheres do MST, contra o agronegócio e por Soberania Alimentar. Os atos do movimento de mulheres, com a vinda de Bush, foram ampliados com outros movimentos. Houve uma forte contestação à sua presença, às suas políticas e inclusive às intenções de negociação com o governo brasileiro.

É necessário refletir que, por parte de outros movimentos, não se reconhece que a maioria das mobilizações do 8 de março em anos anteriores colocaram o Fora Bush nas ruas brasileiras. Diziam que em 2007, com a participação desses outros movimentos, a agenda seria ampliada para uma luta antiimperialista e não só contra o machismo e a violência. As manifestações mostraram que no Brasil há a construção de um forte movimento para o qual a luta pela igualdade para as mulheres é parte das lutas pela transformação geral da sociedade e, portanto, uma luta anticapitalista, antiracista, contra todas as formas de preconceito e discriminação e antiimperialista.

Se afirmou o 8 de março como um dia de luta das mulheres no qual as manifestações são organizadas e dirigidas pelas mulheres, o que inclui que são as mulheres que falam nesses atos. Isso não é algo banal, mas parte da luta pela autodeterminação e autonomia das mulheres e seu reconhecimento pleno como sujeitos políticos.

E a voz das mulheres ecoou por todos os cantos do Brasil repudiando Bush como o maior machista do planeta, sem deixar de denunciar que esse machismo se espalha por todos os cantos e atinge todas as mulheres na militância, no trabalho, na escola, na casa, no lazer, etc. As mulheres estarão todos os dias em luta com a consigna: somos mulheres e não mercadoria!

*As Semprevivas*



Carol Kalef

8 de março: feminista e antiimperialista

## Desafios para uma Integração com igualdade: a perspectiva das mulheres

Magdalena León T.\*

Solidariedade, colaboração e complementaridade, são princípios que se enunciam e repetem como base da atual busca por uma integração alternativa dos países da América do Sul. Esses são, ao mesmo tempo, fundamentos que nós mulheres, há várias décadas, visualizamos e promovemos como cerne de uma economia e sociedade diferentes.

Hoje se apresenta a oportunidade para que a remodelagem do modelo econômico, político e social da região, e a construção de igualdade de gênero sigam um caminho comum, se é que esta coincidência vai além da retórica. E mais, a integração só será renovada e alternativa caso dirija-se a erradicar as desigualdades e injustiças que afetam as mulheres.

A América Latina e o Caribe têm uma grande quantidade de idéias próprias e criativas sobre desenvolvimento

e integração - ainda que suas aplicações tenham sido bastante limitadas -. Estas propostas, declaradas obsoletas e relegadas pelo poder, têm interessantes semelhanças sobre produção, distribuição, soberania e autonomia de nossos países. Esses antecedentes devem ser recuperados e enriquecidos com as novas propostas que vêm surgindo nos últimos anos, como fruto da resistência ao neoliberalismo e aos TLC (Tratados de Livre Comércio).

As contribuições feministas neste processo são especialmente destacáveis: participamos muito ativamente a partir de uma postura de nos enxergarmos como agentes econômicas, de manifestar a centralidade das funções e relações de gênero no modelo econômico. Procuramos ir além de uma visão dos 'impactos' sobre as mulheres e de uma localização de nossa agenda e de nossos di-

continuação da capa

reitos no terreno do 'social', para ver as magnitudes e significados de nossas contribuições, das relações que tornam possível a sustentação da vida, da produção e da reprodução em meio a um modelo ineficiente e depredador.

Isto tem mostrado os limites de qualquer proposta de integração que só vise o mercado e ignore toda a economia não mercantil, e a exigência de reconstruir o espaço público – estatal e social – para que os governos e povos avancem em processos de Integração transformadora, o que implica uma revisão a fundo das suposições e das propostas. Nessa busca identificamos alguns aspectos estratégicos, que delineamos aqui.

### 1) Integração e mercado não são sinônimos

As 'tensões' entre mercado e mulheres são históricas; toda aproximação econômica a essa relação as colocam em evidência. O mercado capitalista explora e prejudica as mulheres de modo particular. Aproveita todas nossas formas de

trabalho, mas tende a discriminar e segregar no espaço trabalhista, a invisibilizar e não retribuir o trabalho reprodutivo. Em mutuo reforço com o mercado, as sociedades não foram recíprocas com estas contribuições, com a garantia de sustento material e emocional oferecido pelas mulheres.

O mercado neoliberal levou ao extremo o controle privado dos recursos, da vida, e das relações sociais, no entanto, sem poder anular – porque se serve e depende dela – a economia não mercantil, que inclui um amplo repertório de relações e atividades, especialmente as de cuidado e de produção para o consumo próprio.

O trabalho é um ponto chave no vínculo das mulheres com o processo de globalização neoliberal, que é conduzido por políticas deliberadas, não resulta espontaneamente de tendências econômicas mundiais. Assim, os fenômenos de deslocamento de investimentos, precarização do trabalho, migrações massivas de força de trabalho, privatização do cuidado, que caracterizam esta fase globalizadora, se alojam no trabalho pago e não pago das mulheres.

Pretenderam nos impor como único e inevitável caminho o da integração inerente à globalização neoliberal, incompatível com nossos direitos e com a justiça econômica que reclamamos. Hoje não está em jogo somente quem controla o modelo, mas sim a construção de um modelo diferente. A integração alternativa é indispensável para romper a matriz colonial que subjaz em nossas economias, pois nos atribuíram e nos atribuem o que devemos produzir e em que condições, fato que, na fase neoliberal, chegou a afetar a estrutura básica da segurança alimentar que haviam construído as economias marginalizadas.

### 2) O comércio como meio, não como fim

Um simples olhar às cifras que ano a ano entrega o informe Sobre Desenvolvimento Humano (PNUD), permite notar que não há uma correlação entre os níveis de comércio internacional e os de desenvolvimento humano.

Os países que exibem melhores resultados no bem estar e direitos de sua população, em particular das mulheres, não são necessariamente os que mais comerciam e vice-versa, países que por séculos

Rafael Ferreira



Jovens  
feministas  
anticapitalistas

foram grandes exportadores estão colocados nos últimos postos nessas áreas.

A vantagem comparativa das exportações dos países empobrecidos é, quase sem variação, o trabalho sub-remunerado e não pago das mulheres, que agora se expressa no modelo 'maquila' promovido pelos TLC; com dor constatamos que acarreta fenômenos como o 'feminicídio'.

Não queremos mais este tipo de comércio, que serve para o saqueio, a exploração e a depredação. A nova Integração deve priorizar o intercambio complementar e solidário, deve ser um meio para atender necessidades humanas, gerar bem estar e apoiar a produção.

### 3) Mais além das cláusulas e dos direitos sociais, uma visão ampliada da economia

Graças às lutas feministas, nós mulheres demos passos para nossa visibilidade e reconhecimento de direitos, isso sim, em meio a alguns paradoxos marcados pelo contexto neoliberal. No terreno econômico, se produziu uma visibilidade manchada pelo estigma de pobres e reprodutoras da pobreza. A potente ferramenta de denúncia que um dia foi a 'feminização' da pobreza, por várias razões, converteu-se em um uso pejorativo, que desconhece que o trabalho, as redes sociais, os conhecimentos das mulheres (especialmente das indígenas), foram a sustentação da vida, no âmbito de um modelo ineficiente e destrutivo de desigualdades acentuadas.

Sendo inocultável, a pobreza agora é tratada como um problema social a ser combatido, sem mudar o que a gera e sem tocar nas políticas econômicas. Dinheiro, investimentos e empresas são categorias reconhecidas como econômicas, deslocam trabalho, produção e reprodução.

Na visão - influente - dos TLC, a globalização e a economia são um 'contexto' no qual se desenvolvem o trabalho e o emprego e, no qual se instrumentalizam e se disputam direitos das mulheres, todos eles como assuntos que pertencem à esfera do social e do político.

É preciso recuperar o trabalho e o emprego como fatos econômicos que estão na base da produção, da criação de



Feministas de Mossoró engrossam manifestação anti-bush

riqueza e do bem estar, que se conectam, portanto, com decisões básicas do que e como produzir. O trabalho das mulheres não é uma externalidade, está no mesmo centro de fatos e decisões.

A nova Integração deve tornar visíveis, em toda sua amplitude, as relações e práticas econômicas, as contribuições que fazem das mulheres protagonistas da economia e portadoras de direitos neste campo, incluindo os de decidir sobre recursos e políticas nacionais e regionais.

### 4) O dinheiro e outros recursos. A diversidade também é econômica

Com um exercício de retórica, presões e até chantagens, se promoveu a centralidade dos 'investimentos' nos TLC e na integração; diz-se que devemos acatá-los para assegurar fluxos de investimentos, pois nossos países os querem para se desenvolver e superar a pobreza.

O que indica a história econômica é que os 'investimentos' (reais ou simulados) foram, na sua maioria, fonte de saqueio e empobrecimento de nossas terras; sua defesa deu lugar à perda de soberania e à imposição de normas e instruções, até pela força das armas.

Sem dúvida, a Integração alternativa requer mobilização de recursos diversos: primeiro, parar com a sangria de recur-

sos através da dívida e privatização de recursos estratégicos, da apropriação de fontes de riqueza que convertidas em dinheiro retorna em uma parte ínfima como investimento.

A maior parte da produção e dos serviços que fazem a dinâmica interna de nossos países, não vêm de tais investimentos e das grandes empresas. A maioria das pessoas não vive delas. A sobrevivência é garantida pelo trabalho das mulheres, pela pequena produção camponesa e urbana, pelas remessas das e dos migrantes.

Há distintas maneiras de fazer economia, além do paradigma da empresa capitalista e, sobretudo, da 'grande empresa'. Não é somente uma questão de tamanho: as pequenas e médias unidades econômicas se identificam mais com a atenção às necessidades e com a geração de capacidade produtiva local; têm mais aproximação e afinidade com as culturas diversas e com o cuidado com a natureza.

A reapropriação dos nossos recursos e de formas variadas de organizar a produção, junto com a prioridade com o cuidado e o bem estar humanos, são exigências para outra Integração.

\* Magdalena Leon T. é integrante da Rede de Mulheres Transformando a Economia (REMTE).

## Batucadas feministas brilham nas manifestações

Rafael Ferreira



**Batucada  
feminista:  
ritmo  
militante**

Nas manifestações do 8 de março deste ano, as batucadas feministas invadiram as ruas em seis estados e deram o ritmo das passeatas. A ousadia e irreverência das mulheres da Marcha Mundial à frente de materiais reciclados, como latas e tambores (bambonas), marcaram presença em São Paulo, Rio Grande do Norte, Pará, Bahia, Rio de Janeiro e Ceará.

As batucadas animam as marchas e atos públicos do movimento de mulheres. Com “instrumentos” improvisados e característicos (latas, tambores, chocalhos, tamborins, entre outros), as militantes feministas da MMM, vestidas em roxo e lilás, realizam oficinas e ensaios para compor coreografias e sons. Muitas

jovens se identificam com essa ação, e assim, as batucadas feministas têm se multiplicado Brasil a fora.

O objetivo da batucada, além de animar e dar o ritmo das palavras de ordem num ato político, é mostrar que as mulheres podem fazer o que quiserem, da maneira como quiserem. Para isso, a organização entre elas e a confiança mútua são fundamentais.

A ação atrai a atenção não apenas dos e das manifestantes, mas de toda a população que circula pelos espaços onde as mobilizações acontecem, porque é contagiante e original. Assim, as feministas conseguem dar seu recado de maneira alegre, bem-humorada e irreverente.

## o que rola

### Portuguesas conquistam o direito ao aborto

No dia 8 de março, o Parlamento português aprovou o projeto que legaliza o aborto. Diz a lei que o aborto será legalmente permitido até a décima semana e a cirurgia deverá ser feita em hospitais credenciados. Essa conquista foi precedida de um plebiscito no dia 11 de fevereiro que obteve o apoio de 59% dos eleitores para a descriminalização do aborto. A abstenção, mais de 50%, foi defendida pelos conservadores para deslegitimar o processo, o que exigiu a votação na esfera parlamentar.

Enfim, uma conquista que livrou de riscos as estimadas 18000 portuguesas que anualmente praticavam ilegalmente o aborto em condições precárias.

A direita ainda chia solicitando que o presidente não promulgue a Lei. Mas as portuguesas já podem ser vistas como sujeitos autônomos, com liberdade de decisão sobre seus próprios corpos e sobre se querem ou não ter filhos. Entre os 27 países da União Européia apenas Polônia, Malta e Irlanda ainda cerceiam esse direito

nº 63 Abril de 2007

ISSN 1516-8042

#### CONSELHO EDITORIAL

Andréa Butto, Francisca Rocicleide da Silva (Roci), Helena Bonumá, Ivete Garcia, Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha), Maria Ednalva Bezerra de Lima, Maria Emília Lisboa Pacheco, Maria de Fátima da Costa, Maria Otília Bocchini, Martha de la Fuente, Mary Garcia Castro, Matilde Ribeiro, Raimunda Celestino Macena e Tatau Godinho.

A Folha Feminista, ISSN 1516-8042, é um boletim da SOF na luta feminista. Este número tem apoio financeiro da Fundação Heinrich Böll.

#### EQUIPE EDITORIAL

**Diretora Responsável:** Nalu Faria  
**Editora:** Maria Lucia da Silveira (Mtb)  
**Projeto Gráfico:** Alexandre Bessa  
**Diagramação:** Márcia Helena Ramos  
**Fotolito:** SB Editora  
**Impressão:** RWC Artes Gráficas  
**Tiragem:** 1.500 exemplares  
**Número avulso:** R\$1,50

sof  
 SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

**Assinatura anual (10 números):** R\$15,00

Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros  
 05417-080 - São Paulo / SP

Tel/fax: 3819-3876

Correio Eletrônico: [sof@sof.org.br](mailto:sof@sof.org.br)

Página na internet:

<http://www.sof.org.br>

## próximos números

- SOBERANIA ALIMENTAR:
- UMA PERSPECTIVA FEMINISTA
- JOVENS ORGANIZAM AGENDA FEMINISTA